

Saúde e prosperidade da população negra



» **VIVIANE GONÇALVES**
Personal trainer e professora de educação física

» **AMANDA BALBINO**
psicóloga e escritora

Atualmente, muito se fala sobre racismo, letramento racial, luta antirracista... Mas onde é possível entender de que maneira o racismo afeta a nossa saúde mental? Quantas vezes compramos produtos clareadores de pele sem sabermos? Onde encontramos uma dentista negra? Quantas vezes uma dieta ou treino foram prescritos sem a real compreensão do "correr" de uma pessoa negra? Essas são algumas perguntas de algo tão presente no dia a dia, mas que, muitas vezes, é negligenciado: a nossa saúde.

Pensar a saúde de um povo que não se encaixa nos padrões nem é visto como bonito numa sociedade racista pode ser desafiador. Temos dificuldade de aprender a cuidar de um corpo que constantemente é violentado por uma estrutura que o põe para servir e não para ser cuidado, amado e admirado. Como digo (Viviane Gonçalves), "cuidar da saúde física da população negra por meio do exercício físico passa por várias camadas, desde amar, cuidar e achar bonito esse corpo preto, além de entender que ele tem todos os direitos que um corpo branco possui".

Foi pensando na saúde física e mental dessa população, em grande parte marginalizada e

sem acesso a esses cuidados necessários à nossa qualidade de vida, que surgiu o Afrofitness, que já está em sua terceira edição em Brasília. Ele celebra a saúde e o bem-estar da população negra ao reunir profissionais da saúde, como psicólogos, nutricionistas, personal trainer, dentistas, médicos e empreendedores, para refletirem sobre autocuidado e saúde de pessoas negras. A programação conta com diversos momentos de troca entre profissionais e público, como momento fitness (atividades corporais como dinâmica teatral e dança afro), roda de conversa (bate-papo entre referências negras na área da saúde), DJs e feira afroempreendedora.

Trazer à tona especificidades da experiência da população negra com a expertise de profissionais da saúde é, de fato, promover saúde para esse segmento que soma mais de 100 milhões de brasileiros. O Afrofitness é, assim, uma proposta pioneira no campo da saúde da população negra, como relata Luciane Fraim, uma das participantes: "Manter a saúde física e mental sendo uma pessoa preta é muito desafiador, pois o acesso à qualidade de vida nos é negado. Boa parte de nós está tentando sobreviver. Então, conceitos como amor próprio, nutrição, exercícios físicos são impensáveis. Contudo, apesar desse cenário, é preciso se reconhecer merecedor das coisas boas da vida".

O objetivo do Afrofitness é compartilhar, de forma simples e prática, a atuação de profissionais da saúde em suas diversas áreas e o impacto desses saberes e trabalhos cotidianos para a população negra, criando

identificação. Ao trazeremos profissionais negros que atendem e pesquisam sobre a população negra, nos colocamos no centro, em evidência, e numa perspectiva científica. A relevância desse tema está em olharmos com dignidade e profissionalismo para a população negra, disseminando conhecimento científico, promovendo informação e identificação.

O maior acréscimo do evento talvez seja empoderar pessoas negras a buscarem mais cuidado com a sua saúde. O acesso a esse direito ainda é um desafio, seja pela falta de políticas públicas, seja pelo preconceito e resistência de nós mesmos em buscarmos ajuda. Um dos maiores mitos que nos assolam desde a violência da escravidão tem a ver com a falta de humanidade que justificaria sermos tratados de forma animalizada há tanto tempo. Se ao participarem pessoas negras entenderem que merecem cuidado e mais — que existem profissionais negros qualificados dispostos a oferecer este trabalho e passarem a buscar por esse serviço —, teremos atingido nosso alvo.

Nossa intenção é que o Afrofitness se torne uma grande rede de informações, fortalecimento mútuo e conexões entre profissionais, participantes e empreendedores, cujo cuidado não seja marginal nem tardio e, sim, uma prática de prevenção e promoção de saúde no presente. Ao criarmos o evento, nos orgulhamos junto com profissionais, participantes e empreendedores de construirmos um espaço de acolhimento e prosperidade para a nossa população.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

O tempo da colheita

Já se sabe, entre erros e acertos, que os números não aceitam desaforos. Ainda mais quando apresentados dentro do raciocínio lógico da matemática. Dá para imaginar o esforço que os assessores do ministro da Fazenda fazem, até altas horas da noite, para encontrar, dentro das despesas do governo, aquelas que podem ser cortadas do Orçamento sem que contrariem as intenções políticas do Presidente da República, voltadas para a manutenção daquilo que ele diz não serem gastos, mas, sim, investimentos.

Buscar na aritmética variantes para adequar os números aos meneios políticos não é tarefa para economistas, mas para peritos nas artes da política. Nesse caso, misturam-se os números com as variantes políticas. Às vezes, esse tipo de fórmula resulta em algo sensato. Mas, na maioria das vezes, essa composição acaba resultando em desastre para a economia do país ou para quem assina os documentos.

A alta histórica do dólar é apenas uma face desses arranjos entre os números e a política. Resultados são esperados, como a alta da inflação, recessão e outros efeitos gerados pela injeção da política nos números. A questão aqui é mais profunda e remete à necessidade básica dos gestores políticos de conhecerem, de antemão, o ABC da contabilidade. Nas regras políticas, o passivo é representado sempre pelos gastos políticos ou pela politização das finanças do Estado. O ativo é o que existe em forma de impostos, taxas e tributos escorchantes. É, portanto, em cima do que existe que se constroem as hipóteses políticas. Os números sempre ficam aquém dos desejos políticos. E aí a conta não fecha.

As chamadas pedaladas fiscais, que tantos males têm causado às finanças do país, entram na confecção do Orçamento como aquela variante que pode livrar o mau gestor de futuros apuros, mesmo que penalize os contribuintes e o país. É nesse sentido que o pacote de cortes de gastos foi apresentado agora aos parlamentares. Logo de saída, fica patente que os programas sociais, sobretudo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e o salário mínimo podem ser cortados. Afinal, como dizem os economistas, é sempre mais fácil cortar de quem é pobre do que de quem é rico.

Para os financistas, o pacote deveria incidir sobre a tributação das altas rendas e, principalmente, sobre os subsídios e renúncias fiscais que poderiam render algo em torno de R\$ 600 bilhões. Mas, no quesito renúncias, o Congresso entra como variante para impedir tal medida. Afinal, há as eleições e todo um universo de questões políticas. Todas elas têm que caber no Orçamento. Uma coisa o governo e parte do Congresso sabem: a arrecadação chegou ao limite. É preciso criatividade para cortar. Sacrificar saúde, educação, Bolsa Família e outros programas sociais com cortes injustos também é moleza, o difícil é enfrentar o poderoso lobby político com assento no Congresso.

Pensar que todo esse descontrole teve origem no desrespeito às normas básicas da responsabilidade fiscal. Foi lá onde tudo começou e é para lá que devemos regressar caso não queiramos nos livrar do abraço de afogado da dominância fiscal. O fato é que todas as medidas com vista à responsabilidade nas contas públicas deveriam ser implementadas aos poucos e com suavidade, desde o primeiro dia de mandato.

Neste momento, em cima do laço, quando a corda no pescoço está pra lá de apertada, falta fôlego para voltar atrás. Fôssemos definir a atual situação por parábolas diríamos que o tempo da colheita se aproxima.



A sociedade e Rubens Paiva



» **ANDRÉ GUSTAVO STUMPF**
Jornalista

A prisão do general Braga Netto é o mais visível sinal de que os militares no Brasil se envolveram profundamente na política nacional. A profusão de golpes e contragolpes ocorridos ao longo do século 20 no país é um claro indicativo de que a República, criada por militares, não convive bem com civis. Os paisanos terminam sendo atropelados pelas convicções ideológicas dos fardados. Foi assim em 1964, para ficar em apenas um exemplo, e radicalizado em 1968, quando o regime mostrou sua face autoritária com a decretação do Ato Institucional nº 5, que censurou a imprensa, suspendeu o habeas corpus, acabou com o direito de reunião, fechou o Congresso, cassou parlamentares e abriu as portas da repressão política. Centenas de brasileiros foram presos, torturados e mortos pelas forças de segurança.

A Constituinte de 1988, resultado da grande mobilização popular iniciada na discussão da emenda Dante de Oliveira (Diretas já), teve por objetivo redemocratizar o país. Acabar com a prevalência dos militares nos assuntos políticos. O Brasil não enfrenta guerras desde o conflito com o Paraguai, ocorrido na metade do século 19, suas forças armadas são tecnicamente desatualizadas, não possuem equipamentos modernos e carecem de comunicação de geração mais recente. Utilizam satélites estrangeiros para estabelecer contatos dentro do vasto território nacional. Resultado

dessa inércia, as Forças Armadas se transformaram em partidos políticos fardados e perderam eficiência operacional.

Mas um setor se manteve atualizado e eficiente ao longo dos últimos anos. Os serviços de repressão, de inteligência e de investigação sigilosa continuaram a funcionar normalmente mesmo depois da queda dos governos militares. O presidente Fernando Collor acabou com o Serviço Nacional de Informações (SNI), e todos dados contidos nos seus arquivos foram entregues a pesquisadores que se interessavam pelo assunto. Porém, os serviços secretos militares, de cada uma das três armas, continuaram a funcionar, pesquisar e guardar seus segredos. Seus informantes persistiram ativos. Eles comandaram a pressão contra a abertura política iniciada pelo presidente Ernesto Geisel e avançada pelo presidente Figueiredo, que, aliás, assinou o decreto da anistia política, que é, até hoje, tema de polêmica.

O governo Bolsonaro resgatou essa turma dos serviços de inteligência que, na verdade, nunca se dissolveu. Continuou a existir de maneira mais ou menos clandestina dentro das organizações militares. Os torturadores mantiveram situações excepcionais, como a Casa da Morte, em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, onde os prisioneiros eram torturados, mortos e depois esquartejados. Seus corpos aos pedaços, sem as falanges dos dedos nem as arcadas dentárias, eram jogados em rios, lagos e em alto mar. A questão da anistia é, portanto, mais profunda, porque perdoou torturadores que, por sua vez, não admitem que os chamados terroristas tenham sido abrangidos pela iniciativa.

Quem quiser ter mais e melhores informações sobre a ação comunista no Brasil e a violenta repressão realizada pelos militares

precisa ler o impressionante relato contido no livro cujo título é Cachorros, a história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República, de Marcelo Godoy, editora Alameda. É um trabalho de fôlego, que consumiu 10 anos de pesquisa para que o autor chegasse às 548 páginas do livro, que recebeu vários prêmios.

Esse grupo de militares, que envolve as mais diversas patentes, se inspirou na guerra da Argélia, a guerrilha urbana que foi violentamente reprimida pelo governo francês. E também aprendeu com as ideias de Antonio Gramsci (*Cadernos do cárcere*), que propôs a revolução comunista por meio de tomada de poder nas universidades, no serviço público, no setor artístico, na imprensa, com objetivo de dominar a opinião pública. Com base nessa possibilidade, um grupo de militares brasileiros torturou e matou à farta.

Esse grupo, que foi distinguido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, proporcionou o vexame de conspirar contra a democracia brasileira e, no momento mais insano, planejar o assassinato do presidente da República, do vice-presidente e do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Tudo isso de maneira quase ingênua, mal traçada, e, pior, com o apoio de pessoal especializado do Exército. E com base no velho argumento anticomunista, quando o comunismo já saiu da vida e entrou para os livros de história.

É oportuno lembrar Ulysses Guimarães, no seu histórico discurso ao final da Constituinte: "Nosso desejo é o da Nação: que este plenário não abrigue outra Assembleia Nacional Constituinte (...). O Estado autoritário prendeu e exilou, a sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram".

Feliz Natal.

» A frase que foi pronunciada:

“Nada enfraquece tanto um governo quanto a inflação.”

JK Galbraith

Bate-papo com a IA

» Em conversa com a inteligência artificial (IA), fiquei curiosa se ela estava pronta para reconhecer uma notícia falsa. A resposta foi contundente. Disse que há várias ferramentas para analisar o sentimento do texto, reputação, histórico. afirmou que consegue precisar, pela linguagem, lógica das falácias e outras armas linguísticas. Disse que conseguia identificar a manipulação de imagens e vídeos. Perguntei sobre uma notícia, postando as características detectáveis. A resposta que a IA deu é que não poderia ajudar nesse caso porque seria uma apuração falível. A IA se aperfeiçoaria com o tempo, garantiu. Então, reclamei: “Você mentiu sobre ser exímia reconhecadora de notícias falsas”. Ela disse que há limitações e pediu desculpas. Pelo menos, tem consciência!

» História de Brasília

Esta coluna não tem procuração para defender ninguém, mas uma cidade como Brasília não se construiria em três anos num regime de corrupção. Brasília foi construída com o esforço e a dedicação da maioria, e já tem enfrentado inquéritos e sindicâncias, que, a valer a palavra dos maldizentes, já nem existiriam mais. (Publicada em 24/4/1962)